

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº , DE 2026 (do Sr. Giovanni Cherini)

Requer a realização de audiência pública para debater o “Setembro Vermelho — garantia de acesso às informações, ao diagnóstico e às tecnologias para o tratamento de doenças cardiovasculares, cada vez mais presentes devido ao aumento da longevidade da população brasileira”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Saúde, com o objetivo de debater o acesso da população brasileira a informações, ao diagnóstico, aos tratamentos e às novas tecnologias para o combate e tratamento das doenças cardiovasculares, especialmente das doenças estruturais do coração (que atingem as válvulas cardíacas).

Para enriquecer o debate no sentido de buscarmos soluções para a temática, aprimorando a audiência, sugiro a participação dos seguintes convidados:

- Dra. Fernanda Mangione, Médica Especialista em Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista e ex-Diretora de Incorporação de Novas Tecnologias da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista;
- Dr. Maurício Prudente, Médico Cardiologista Intervencionista;
- Dr. Brasil Caiado Ramos – Médico Cardiologista;



- Representante da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista;
- Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Representante da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) do Ministério da Saúde;
- Representante da Academia Brasileira de cirurgia Cardiovascular;
- Representante de entidade setorial especializada;
- Representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo; Econômico-Industrial da Saúde (SECTICS);
- Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular; e
- Representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC.

Justificativa

A saúde cardiovascular representa um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil e globalmente. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as doenças cardiovasculares seguem como a principal causa de mortalidade no país. Estima-se que um brasileiro venha a óbito a cada 90 segundos em decorrência dessas enfermidades. Entre elas, destaca-se a estenose aórtica — uma das valvopatias mais prevalentes e com elevado grau de gravidade, especialmente entre a população idosa.

Diante desse cenário alarmante, torna-se essencial fomentar iniciativas voltadas à conscientização, à educação em saúde e ao fortalecimento de estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento qualificado das doenças cardiovasculares. É importante destacar que o Brasil atravessa um acelerado processo de envelhecimento populacional. Projeções indicam que, nas próximas duas décadas, aproximadamente 25% da população brasileira terá mais de 60 anos, faixa etária particularmente suscetível às doenças estruturais do coração.



No Brasil, as doenças cardiovasculares equivalem a cerca de 28% de todas as causas de morte. Dados do Ministério da Saúde mostram que as doenças cardiovasculares atingem 14 milhões de pessoas, afetando principalmente mais pobres que têm dificuldade de acesso a tratamentos de alta qualidade (2023).

O Setembro Vermelho foi estabelecido por lei, sendo missão deste Parlamento, garantir que os cidadãos tenham conhecimento sobre as doenças cardiovasculares, as que mais matam no mundo e no Brasil. Mais do que isso, é preciso garantir acesso à prevenção, ao diagnóstico, aos tratamentos já incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O Sistema Único de Saúde (SUS) gastou mais de R\$ 1 bilhão com procedimentos cardiovasculares segundo a publicação *Estatísticas Cardiovasculares 2023*, lançada em maio de 2024, pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). Em 2021, somente com hospitalização para cirurgia valvar cardíaca aberta, o SUS despendeu R\$ 131.110.929,00.

Nesse contexto, é papel do poder público antecipar-se a essa realidade por meio da implementação e do aprimoramento de políticas públicas voltadas à saúde cardiovascular. A realização de uma audiência pública nesta Comissão representa uma oportunidade estratégica para reunir representantes da sociedade civil, especialistas da área médica, gestores públicos e parlamentares, a fim de debater soluções concretas e sustentáveis para enfrentar esse desafio crescente que impacta sobremaneira a população brasileira, especialmente a idosa.

A proposta, além de estar alinhada ao calendário de conscientização sobre a saúde do coração, visa promover um diálogo qualificado que contribua com a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas, em benefício da sociedade.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

